

**1<sup>as</sup> JORNADAS DE ARQUEOLOGIA  
do nordeste alentejano 85**

actas

Castelo de Vide  
Novembro 1987

# A POPULAÇÃO ROMANA DO NORDESTE ALENTEJANO

*José d'Encarnação*

Universidade de Coimbra

Para caracterizar a população que, em determinado momento, estanciou num território, importa definir-lhe a proveniência, a sua distribuição no espaço e no tempo, o seu estatuto sócio-económico e, se possível, o seu nível cultural.

Em relação à época romana e no que respeita ao nordeste alentejano, são os monumentos epigráficos, juntamente com os dados das fontes historiográficas e os vestígios arqueológicos, que mais eloquentemente nos poderão elucidar.

São escassas e vagas, como é sabido, as informações colhidas nos autores antigos. Dos vestígios arqueológicos estava previsto que viria falar o Professor Jorge Alarcão, com vista (inclusive) a uma primeira definição político-administrativa do território em apreço. Analisemos, pois, os dados epigráficos<sup>1</sup>.

\*

Do território do nordeste alentejano (onde, até para mais clara análise, incluímos o termo de Elvas) procedem (no actual momento da investigação) 73 inscrições romanas, apresentando um total de 146 antropónimos, assim distribuídos de acordo com a sua etimologia (Fig. 1):

- indígenas: 37 (25,3 %);
- latinos em contexto indígena: 31 (21,2 %);
- latinos: 78 (53,5 %).

Destes, registam-se em Elvas e seu termo: 40 antropónimos latinos (o que corresponde a 51 % dos antropónimos latinos da zona), um antropónimo indígena e cinco latinos utilizados em contexto indígena.

Em Marvão registam-se: 9 antropónimos de raiz latina (dos quais 8 pertencentes, quiçá, à mesma família), o que corresponde a 24,3 % do total da zona; 11 antropónimos indígenas (30 % do total) e 15 antropónimos de raiz latina usados em contexto indígena (o que equivale a 55,6 % do total). Isto significa que, em Marvão, o conjunto formado pela antropónimo indígena e pela latina usada em contexto indígena, além de exceder localmente a antropónimo latina, atinge cerca de 39 % dos testemunhos considerados na zona em análise.

A antropónimo indígena espalha-se, por seu turno, predominantemente por uma faixa de território que desce de Belver a Aldeia da Mata, Seda e Benavila, flectindo para nascente em direcção a Vaiamonte, subindo depois por Alter Pedroso até Marvão e Nisa. Um enclave, portanto, bem determinado.

Dois influências onomásticas se podem, por conseguinte, detectar: a lusitana, que vem do norte, e a latina, que procede do sul (território de Eborá Liberalitas Iulia) e do levante (território emeritense).

Compreende-se, assim, que Elvas apresente tão larga percentagem de nomes latinos e Amaia, por influência de algumas importantes famílias aí instaladas (os *Carminii*, por exemplo) tenha funcionado como zonas de contacto.

Daí também que floresçam, no aro de Elvas, os cultos tradicionais romanos de Fontano (IRCP 437), de Libera (IRCP 567), de Marte (IRCP 586), das Ninfas (IRCP 569) e de Prosérpina (IRCP 570-574) — este relacionado com o da pré-romana Atégina; enquanto que, a norte (em Amaia e em Nisa), predominam os cultos indígenas (Banda Picius, Ocrimira, Toga, Quangeio Tango) ou latinos indigenizados (IRCP 604) assume particular significado como sintoma duma romanidade implantada.

\*

Interessar-nos-á, pois, procurar uma resposta para o panorama da distribuição populacional que acabamos de traçar.

Assim, não é difícil de aceitar a precoce irradiação para norte da população que se integrava no município cesariano de Eborac. A colonização a partir de Emerita encontra-se também documentada: apontámos já (IRCP p. 774 n. 3) o testemunho expresso de Agénio Úrbico (*De Controversiis*, 44, 5): a instalação de veteranos no agro emeritense começou nos campos mais afastados da cidade (*circa extremum fere finem velut terminos*) devido exactamente à grande extensão desse território (*propter magnitudinem agrorum*).

Para a identidade onomástica da população que margina o Tagus e, como vimos, se estende em cunha até Avis — identidade corroborada pelo predomínio da estela como monumento funerário e pela utilização do granito em vez do mármore — sugeriu Jorge Alarcão<sup>2</sup> uma explicação convincente: referindo-se ao Tejo e ao Guadiana, esclarece Estrabão (III, 1, 6) que esses rios «delimitam a Mesopotâmia, ocupada — acrescenta o geógrafo grego — sobretudo pelos Célticos e por algumas gentes lusitanas da outra margem do Tejo, para aí transplantadas pelos Romanos» (*μετοικιθέντες ὑπο Ῥωμαίων*). Houve, por conseguinte, certamente após a vitória de D. Junius Brutus Callaicus sobre Lusitanos e Galaicos, em 137 a.C., o povoamento (forçado?) da margem esquerda do Tejo pela população da *outra margem*. Não admira, portanto, que se insiram no mesmo horizonte cultural os dados patenteados pela epigrafia.

E uma nova sociedade, luso-romana, vai nascer do contacto entre os dois estratos populacionais. Aculturação visível, de modo particular, na onomástica, como assinalámos. Primeiro, na latinização dos seus nomes indígenas: Camira, Doquirus, Pisirus, Tanginus... Depois, na adopção de nomes latinos concretos, de significado preciso facilmente captado pelo indígena: Maxsumus, o maior; Avitus, o mais velho; Amoenus, agradável no trato ou no parecer... Finalmente, na titubeante utilização do gentílico romano.

São exemplo curioso da adopção dos nomes latinos o texto IRCP 607 e 608, de Amaia: trata-se de duas dedicatórias a Júpiter feitas por libertos, que se identificam a si e aos senhores à maneira indígena, mediante, contudo, uma antroponímia latina: Faustus, Bassi libertus, e Fusca, Vituli liberta. No entanto, Aquilia Cara, esposa de P. Anonius Silo, cidadão romano inscrito na tribo Quirina, apesar de ter gentílico e cognome, ainda identifica seu pai pelo nome indígena, Camulus — que, aliás, insere na epígrafe (IRCP 578) após o cognome e não entre este e o gentílico, como seria de regra numa sociedade plenamente romanizada. O documento procede, de resto, do termo de Vaia Monte, zona de contacto entre as duas franjas populacionais e em cujas proximidades se encontrou o texto que, neste aspecto da aculturação onomástica, assume particular interesse (IRCP 595a). É a placa dum jazigo da recém-romanizada família Preccia: o pai, M. Preccius Paetus, foi elevado à cidadania romana, sendo inscrito na tribo Quirina (de Amaia?); sua filha e

suas parentes (sobrinhas?) adoptam a onomástica latina — Preccia Paetilla, Preccia Maxima, Preccia Tusca — mas o patronímico é, também aqui, o cognome paterno: Paeti f., Vegeti f., Arconis f.

Este exemplo sugere-nos, ainda, uma reflexão — acerca das famílias romanas aqui documentadas.

Da citada gens Preccia não dispomos de qualquer outra referência, nem na Península nem no mundo romano.

A gens Blaesidiana só aparece atestada no aro de Elvas, onde os seus membros se unem, pelo casamento, a elementos das famílias, latinas, Valéria (IRCP 580) e Clódia (IRCP 582). Desconhece-se-lhe a origem, por falta de testemunhos (não há, inclusive, outros Valerii nem outros Clodii na região). Essas ligações e a possibilidade de uma etimologia do gentílico alheia aos estratos linguísticos peninsulares militariam, porém, a favor da hipótese de se tratar de colonos.

Particular atenção nos merece a família Márcia, de que dão conta, ainda no território elvense, três inscrições (IRCP 591-593) memorando quatro (ou mesmo cinco) dos seus membros. Bem documentados na Lusitânia, designadamente no território egitaniense, alguns Marcii ocuparam posições de relevo no exército, no culto imperial e em funções municipais. Nesse aspecto, nada há de assinalável nos textos de Elvas, mas num deles (IRCP 592) esta gens surge associada a uma outra família, tradicionalmente latina, a dos Corni-  
nii, cuja importância local se poderá deduzir da existência de mais um documento epigráfico a seu respeito, memorando pai e filha (IRCP 583).

No aro de Amaia, sobressai a gens Carminia, relacionada possivelmente com o legado de Tibério, L. Calventius Veter Carminius: conhecemos um P. Carminius Macer (IRCP 637) e um texto, perdido, de S. Salvador de Aramenha, parece ser a homenagem de dois filhos ao pai, Carminius Cordo: infelizmente, boa parte do texto tem de ser reconstituída. Se acrescentarmos a hipótese de esse gentílico poder ocultar-se na sigla C. do texto IRCP 623, que perpetua a memória do pai e quatro filhos, teremos reforçada a ideia do importante papel porventura desempenhado pelos Carminios na elevação de Amaia a município.

São, pois, diminutos os elementos de que dispomos, susceptíveis de nos facultarem um quadro das mais influentes famílias locais.

Escapa-nos a identificação do aglomerado urbano correspondente à Elvas actual. Desse território, aliás, não se descobriram, por enquanto, quaisquer inscrições oficiais. De Amaia, temos o nome dos *magistri* indígenas que governavam o *oppidum* no ano 37 da nossa era, ao tempo do legado Carmínio atrás citado (IRCP 615), e o de Cornelius Macer, questor e duúviro, elevado por Cláudio à categoria de cidadão (IRCP 618). Mas tanto da gens Cornelia como da gens Annia, a que pertence o dedicante do monumento ao Genius Oppidi Constituti (IRCP 604), não temos outros testemunhos no nordeste alentejano.

Nordeste que foi, no entanto, pólo de atracção de gentes vindas do remoto Norte peninsular, designadamente de clunienses: aos três testemunhos conhecidos do conventus Pacensis (IRCP 619, 620 e 629) deve juntar-se o de Belver (*o. c.*, p. 21-23). Note-se, ainda, que Q. Attius Rusticus recordado em Elvas (IRCP 579) deverá também ser incluído no número dos imigrantes, pois foi inscrito na tribo Sêrgia (de Itália?).

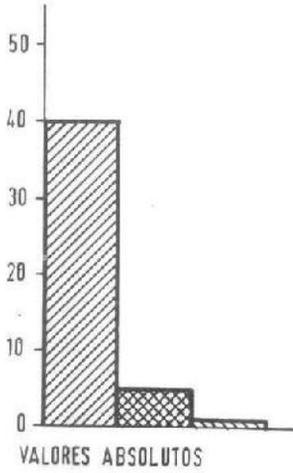
Enfim, uma região de solo fértil e abundante em minério (foi lendária, até há pouco, a riqueza aurífera desse trecho do rio Tejo) onde, tal como hoje, decerto era agradável viver.

#### NOTAS

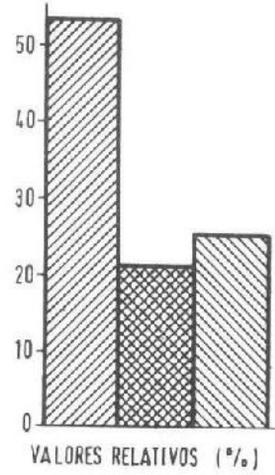
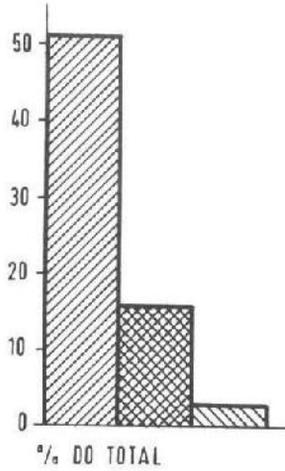
<sup>1</sup> Baseamo-nos em duas obras que recentemente publicámos: *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984 (=IRCP) e *Belver ao tempo dos Romanos — A população e suas lranças*, Assembleia Distrital de Portalegre, 1984 (em colaboração com Rogério P. Carvalho). Os textos serão citados pelo número do catálogo; só tivemos, porém, em consideração aqueles que apresentavam antropónimos e cuja leitura nos merece alguma confiança.

<sup>2</sup> *Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve*, «Arqueologia» (Porto), XI, 1985, p. 99-100.

ELVAS



NORDESTE ALENTEJANO



MARVÃO

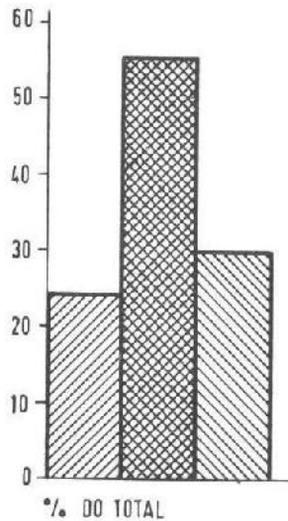
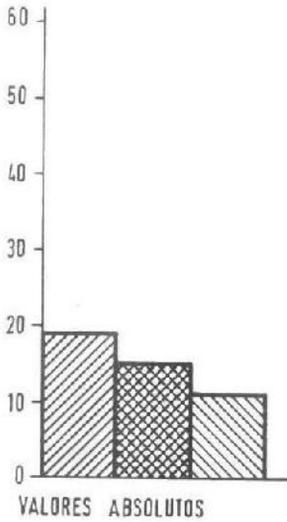


Fig. 1: A população romana do Nordeste alentejano — gráficos comparativos.

ERRATA — Pág. 168

*Linha*

7

*deve ler-se*

[...] indigeneizados (I. O. M. e Júpiter  
Repulsor), entre os quais o *Genius*  
*Oppidi Constituti* (IRCP 604)

22

μετοκισθέντες υπό